



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DO TERRITÓRIO, DELIMITAÇÃO DA POBREZA E GEOPOLÍTICA DE AJUDA HUMANITÁRIA NO HAITI

**GUERBY SAINTE**

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

**LUCA LÄMMLE**

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

**Resumo:** Este artigo destina-se a discutir sobre o uso do território, delimitação da pobreza e geopolítica de ajuda humanitária no Haiti. Parte-se de uma premissa de que a pobreza está perpetuando no território haitiano por causa de uma baixa renda, no qual, justifica-se a manter a pobreza como critério central na organização internacional, na medida em que as necessidades básicas não são supridas pelo mercado. Por este fato, há uma tentativa de formular a questão social representada pela pobreza e sua evolução ao longo dos séculos, onde vários organismos como ONGs e a própria ONU, estabelecidos no Haiti, contribuem para combater a pobreza por meio de ajuda humanitária, assim como em outros países subdesenvolvidos. No período globalizado, a pobreza se impõe como processo econômico, acarretado pela divisão de trabalho interno a cada formação socioespacial de determinado espaço geográfico, onde a globalização se torna cada vez mais relevante nas relações econômicas enquanto o consumo se impõe como um dado importante para a compreensão da pobreza, constituindo o centro da explicação das diferenças e da percepção da situação no território haitiano.

**Palavras-chave:** Populações; Organização internacional; Desenvolvimento social.

### Introdução

A pobreza se tornou um dos fenômenos estruturais mais graves das sociedades no contexto histórico atual, gerando grande preocupação aos Estados e à comunidade internacional. Segundo Paugam (1999), a pobreza é concebida como o estágio inicial de exclusão das pessoas do mercado de trabalho e da necessidade de recorrer ao sistema de assistência social em busca de ajuda. Por meio dela, é reconhecido um sistema de desqualificação social na sociedade, que pode ser feito de dentro e desencadeado pela marca de atribuição e confirmação como pobre. Nesse contexto, é papel do Estado assumir o controle e criar meios capazes de atender as demandas da população, seja por meio de programas sociais ou econômicos capazes de oferecer condições mínimas para as camadas menos favorecidas da sociedade.



Para alguns autores, como Paugam (2005) e Santos (2003), a pobreza se perpetua na medida em que a necessidade básica do Estado é suprida pelo mercado e/ou outros atores exógenos, sendo uma consequência da exclusão parcial da população ao mercado de trabalho e acesso à serviços básicos. Contudo, o Estado continua sendo o principal agente, desempenhando papel importante nas camadas mais vulneráveis da sociedade. Nesse sentido, a pobreza gera impactos macroeconômicos negativos, inviabilizando o Estado de conseguir recursos suficientes para atender à população. Além disso, se constitui como um obstáculo no âmbito das relações internacionais, como por exemplo cooperações econômicas com outros Estados.

O processo de globalização tem colocado cada vez mais em evidência a grande desigualdade socioeconômica que se manifesta de diferentes formas e lugares, podendo ser percebida por todos os cidadãos em suas nuances, que vão desde a fragilidade econômica de regiões mais pobres ao empobrecimento do Estado como um todo, como é o caso do Haiti.

Prestar assistência internacional a Estados mais vulneráveis, apesar de ter papel importante em alguns aspectos, pode ter consequências negativas no sentido de poder enfraquecer ou comprometer a soberania do Estado, especialmente os subdesenvolvidos, violando os direitos da população em prol de interesses particulares de agentes internacionais. Tal situação se mostra relativamente comum em países que dependem da comunidade internacional e de Organizações Não Governamentais (ONG's) que atuam no combate a pobreza. Nesse sentido, os compromissos e intervenções de segurança humana podem ser implementados a longo prazo, com foco na eliminação de reclamações, e não apenas quando surge uma crise (TADJBAKSH, 2005; BESEN, 2013). Assim, "novas formas de multilateralismo estão sendo promovidas, dando um papel essencial aos atores não estatais, em particular às ONGs" (SORJ, 2005, p.42; BESEN, 2013, p.57).

Diante desta problemática, o objetivo do presente trabalho é discutir o uso do território haitiano e a delimitação da pobreza a partir das intervenções de agentes internacionais no que se refere à ajuda humanitária, demonstrando que apesar de



possuir em algum grau papel relevante para a população de um Estado fragilizado como o Haiti, existem questões geopolíticas envolvidas que estão acima da própria ajuda humanitária, podendo deteriorar ainda mais a vida de uma população, como será apresentado nas próximas seções.

### **Pobreza e fragilidade econômica no contexto atual do Haiti**

De acordo com Sen (2003), “a pobreza é considerada como uma privação de capacidades básicas e não apenas baixa renda. Essa capacidade é definida em termos de liberdades substantivas que permitem que um indivíduo tenha liberdade de assumir o tipo de vida que ele deseja” (SEN, 2003, p.36). No entanto, não se pode negar a evidência da baixa renda, na medida em que “uma baixa renda constitui uma das principais causas da pobreza, pela razão de que a falta de recursos é, ao menos, a principal fonte de privação de capacidade de um indivíduo” (SEN, 2003, p. 36). “Nenhuma condição predispõe a uma vida de pobreza que a renda inadequada” (SEN, 2003; CEPALC, 2005, p.7). Para Paugam (2005), nas sociedades modernas a pobreza não é definida por si só, mas em comparação com um limiar de rendimento que aumenta com o aumento da riqueza. Por conta disso, é possível que o regime da distribuição de renda continua a ser determinado pelo desempenho do trabalho e rendimentos de capital.

Sobre a compreensão e a desqualificação das populações pobres, Paugam (2005) enfatizando que não é somente o efeito da imposição, pobres trabalhadores sociais de um estatuto social degradado, nem também unicamente a aprendizagem dos papéis sociais que estão de acordo com este estatuto, é também a aceitabilidade ou a não aceitabilidade do processo de identificação e a etiquetagem.

Paugam (2005) ainda salienta em seu livro “As formas elementares da pobreza”, a ideia de George Simmel (1998), que define a pobreza em termos de estatuto, governado pela assistência aos sujeitos menos capitalizados. “A partir do momento em que são assistidos, talvez mesmo quando a sua situação pode normalmente beneficiar-se de assistência, mesmo que não seja concedido, eles se tornam parte de um grupo caracterizado pela pobreza” (PAUGAM, 2005, p.42).

Paugam (2005) emprega a ideia de Tocqueville (1958), ao definir “pobre” no contexto da assistência social. Segundo o autor, a pobreza não existe sozinha: “É, sobretudo uma tentativa de formular a questão social representada pela pobreza e sua



evolução ao longo dos séculos” (PAUGAM, 2005, p.23). Além disso, destaca que ajudar os pobres é uma necessidade. “O que distingue os pobres do resto da sociedade é a sua dependência da comunidade em que eles estão inseridos” (ibidem, p.29). É possível observar a transição das ideias de pobreza segundo aspectos econômicos e sociais (como apontado acima) para a postura ou entendimento da ONU com relação às questões humanitárias, ao considerarmos as categorias de pobreza “incluída e marginal” como definida por Santos (2003) no livro intitulado “Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal”.

A pobreza incluída é para Santos (2003, p.34) considerada como:

uma pobreza acidental, às vezes residual, ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, classifica como uma pobreza intersticial, resultando da desadaptação local aos processos mais gerais de mudanças ou de uma inadaptação às condições naturais, era uma pobreza que se produzia num lugar e não se comunicava a outro lugar.

Paugam (2005) reitera a ideia do Lewis (1965), considerando que a cultura da pobreza é às vezes uma adaptação à reação dos pobres a sua posição marginal numa sociedade de classes estratificadas, capitalista e altamente individualizada. Representa um esforço para lidar com sentimentos de desespero que surgem quando os pobres entendem como eles não são susceptíveis para atingir tal sucesso que é concebido de acordo com os valores e objetivos da sociedade em que eles vivem. Neste contexto, a cultura da pobreza não é apenas uma adaptação a um conjunto de condições objetivas da sociedade como um todo. Uma vez que existe, ela tende a perpetuar-se de geração para geração, devido ao efeito que tem sobre as crianças. Paugam (2005) reiterando o pensamento de Lewis (1965) aponta que os comportamentos da pobreza seriam uma consequência e não a causa dos obstáculos à participação direta das populações desfavorecidas no sistema de organização econômica, social e do *status* inferior que a sociedade lhes convive.

Outro aspecto da pobreza no contexto econômico está relacionado à pobreza marginal, que foi conhecida como uma doença da civilização. Santos (2003) ressalta que esta é produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho interno a cada Formação Socioespacial e com nexos com a divisão internacional do trabalho.

No período contemporâneo, onde a globalização tem cada vez mais uma importância maior nas relações econômicas, o consumo se impõe como um dado importante para a compreensão da pobreza, pois constitui o centro da explicação das diferenças e da percepção das situações. A ampliação do consumo dá a pobreza novos conteúdos e novas

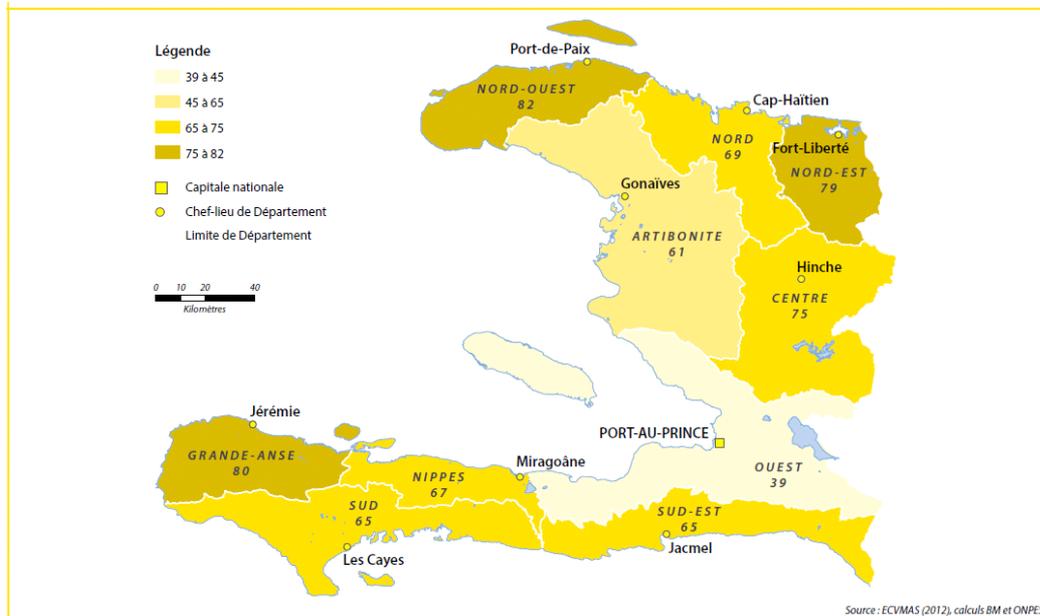


definições. Além da pobreza absoluta, cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumir, e pela forma como o fazem (SANTOS, 2003).

Nessa perspectiva, Santos (2003) observa que esse tipo de pobreza corresponde com a generalização e o sucesso da ideia de subdesenvolvimento e das teorias destinadas a combatê-lo, em que os pobres eram chamados de marginais. Para superar tal situação, considerada indesejável, torna-se também generalizada à preocupação dos governos e das sociedades nacionais, por meio de suas elites intelectuais e políticas, com o fenômeno da pobreza, o que leva a uma busca de soluções do Estado para esse problema, considerado crítica, mas não é insolúvel. O estabelecimento de “índices” de pobreza e miséria utiliza esses componentes no território haitiano onde mais de 80% da população vive em condição de pobreza.

Em um país como o Haiti, classificado como mais pobre da América (CEPALC, 2005), justifica-se a manter a pobreza como critério central, na medida em que as necessidades básicas fornecidas pelo mercado (alimentos, água, abrigo, roupas, transporte) representam mais de 93 % dos gastos da renda familiar. No entanto, a grande parte da população vive na pobreza ou na vulnerabilidade. Em um contexto econômico dominado pelo subemprego, no qual o rápido aumento da população elevou a taxa de dependência do trabalho informal, faz sentido que a pobreza moderada seja de 58,6% no território nacional, bem como exista 90% das famílias pobres em vulnerabilidade em 2012. Assim, a pobreza generalizada e a vulnerabilidade são reforçadas por uma divisão desigual do rendimento (CEPALC, 2005). A Figura 1 mostra a porcentagem de pobreza em cada departamento do Haiti.

**Figura 1** – Porcentagem de pobreza por departamento no território haitiano



Fonte: Rapport OMD, 2013, p.51.

Além das questões econômica, os desastres naturais também são outro fator que colaboram para a intensificação da pobreza. Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, houve um aumento significativo do desemprego no Haiti, causando um grande prejuízo sobre as condições de vida da população e, preconizando um crescimento da pobreza no território nacional.

De acordo com um estudo realizado pelo IHSI (Instituto Haitiano de Estatísticas e Informática) sobre as condições de vida da população (ECVH, 2001) e sobre o orçamento e o consumo das famílias (EBCM 1986/87, 1999/2000), os dados coletados através dos inquéritos nacionais permitem identificar certos aspectos da evolução da pobreza, as causas e os determinantes no território haitiano. Outro estudo realizado por Enquête sur les Conditions de Vie des Ménages Après le Séisme (Inquérito sobre as Condições de Vida das Famílias depois do Terremoto). Segundo ECVMAS de 2012, confirmou os inquéritos sobre as condições de vida das famílias e também calculou os indicadores de pobreza e de emprego do Haiti após o terremoto de 2010.

Na análise elaborada para o PIR (2003), com o lançamento continua de mal estruturas sociais, comunidades e famílias são forçadas a encontrar formas inovadoras para lidar com novos desafios, mantêm a sua coesão e preservar seus ganhos e seu senso de dignidade. A degradação contínua que vive o Haiti depois vários anos aumenta a cada dia o número de famílias que vivem na pobreza. Assim, de acordo com os dados disponíveis, 3,8



milhões de haitianos não têm os recursos necessários para comprar de 2,240 calorias, vestuário e habitação para sobreviver. Destes, 2,4 milhões de haitianos não têm os recursos para adquirir os 2.400 calorias necessárias para se nutrir, colocando-os numa situação insegurança alimentar crônica. E com a deterioração da situação nos dez últimos anos, este número irá inevitavelmente aumentou significativamente e os pobres têm visto as suas condições de atingir um limiar crítico de vulnerabilidade (PIR, 2003). Nessa perspectiva, Crespo e Goruvitz (2002, p.4) relatam que:

“o enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinado a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente e avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou de salários-mínimos. O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos. Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: saneamento, água potável, serviços médicos, transportes públicos e escolas. Já o enfoque dos salários-mínimos lida com a ideia de que exista um salário-mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo”.

Em decorrência a essa situação, Santos (2004), enfatiza a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas mais elevadas, criando na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de fazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas na consumação da sociedade. Estas diferenças são o efeito e a causa da existência, ou seja, da manutenção e criação, nestas cidades, de dois circuitos de população, de consumo de bens e serviços e de distribuição.

O relatório OMD mostra que em 2012, 24,7 % da população do Haiti, ou 2,5 milhões de pessoas viviam em situação de extrema pobreza, com menos de US \$ 1,25 em paridade de poder compra (PPP) por dia. Portanto, o índice de pobreza moderada é 40.8 % no meio urbano, e no meio rural, passa ser 75 %, e no território nacional, a pobreza moderada é respectivamente 58,6% ou 6,3 milhões de pessoas. De acordo com esse estudo, a pobreza no território haitiano continua, no entanto a ser elevada, dificilmente



alcançando a paridade de poder de compra em 2015. Além disso, as desigualdades sociais permaneceram altas durante esse período. Isso faz com que o Haiti seja um dos países mais desiguais do mundo (Rapport OMD, 2013).

De acordo com Ramachandran (2004), a pobreza pode ser considerada como uma forma extrema de privação dos recursos que são essenciais para uma dada ordem de prioridade que deve ser levada em conta. Essas ordens de prioridade podem ser diferente em diferentes comunidades e também, as capacidades essenciais consideradas não são as mesmas em todos os lugares. Ela pode ser considerada como um nível reduzido de possibilidades ou de incapacidade de alcançar um nível mínimo aceitável de capacidades essenciais. Sendo assim, o Relatório PNUD (2000) define “a pobreza extrema como a pessoa que não tem a renda necessária para satisfazer as suas necessidades alimentares básicas e geralmente definida com base em necessidades de calorias mínimas” (PNUD, 2000, p.19). No entanto, Enquanto “a pobreza moderada refere-se, em geral, as condições de vida em que as necessidades básicas são satisfeitas, mas com muita dificuldade” (SACHS, JEFFREY, 2005, p.46; ROUANET, 2007, p.49). Assim, relatamos essas famílias têm uma renda totalmente insuficiente para atender todas as necessidades básicas. Desse modo, Crespo e Gurovitz (2002, p.3) ressaltam que:

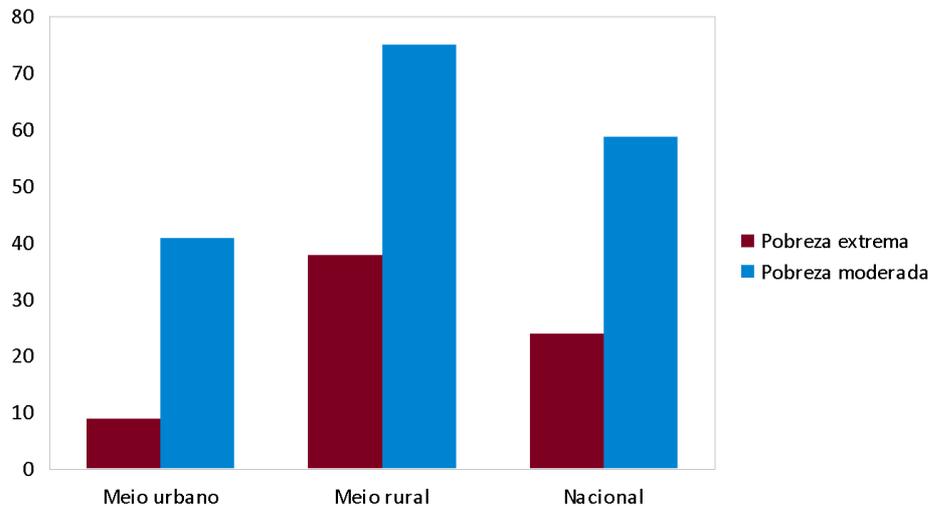
a conceituação da pobreza é categorizada como ‘juízo do valor’ quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, a cerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. Esse indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveria ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracteriza pela falta de recursos. Desse modo, tal foque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objetiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valor. Além disso, o enfoque da pobreza relativa/absoluta leva em conta que a abordagem relativa não estabelece uma linha acima da qual a pobreza deixaria de existir. Busca-se sanar este problema agregando a esta abordagem uma outra, de cunho absoluto. Por exemplo: ao calcular a renda per capita de parcelas da população (abordagem relativa), fixa-se a linha de pobreza na metade da renda per capita média do país (abordagem absoluta). De toda forma, a arbitrariedade continua presente nesse procedimento, posto que não existe uma razão a priori na qual uma determinada proporção estatística sumária possa ser considerada como linha da pobreza.

Na análise feita para Ramachandran (2004), a abordagem em termos de capacidade que define a pobreza como não fruição ou o uso insuficiente de certas liberdades fundamentais, como a liberdade para evitar a fome, as doenças, o analfabetismo.



Essa liberdade é tomada amplamente cobrindo liberdades ambos positivos e negativos. Assim, a liberdade de uma pessoa para levar uma vida saudável depende tanto o fato de que há obstáculos bloquear sua busca legítima para a saúde (liberdade negativa) que o sucesso da Companhia na implementação ambiente limpo promover a realização deste objectivo (liberdade positiva). O que vimos na figura 2 a seguir.

**Figura 2.** Incidência de pobreza por local de residência no Haiti em 2012.



Fonte: Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, 2013); Org.: Autor.

Portanto, o índice desvio da pobreza ou extrema da pobreza, é um indicador que mede tanto a proporção das famílias pobres na sociedade, quanto a diferença entre a renda média dos pobres e a linha da pobreza.

A constatação feita pelo Objectif du Millénaire pour le Développement-Objetivo Milenário pelo Desenvolvimento- (OMD) em 2012, mostrando que o número da pobreza no Haiti aumentou significativamente e passou a ser de 24,5% no território nacional. Isto significa que, em média, as pessoas mais pobres no Haiti vivem com recursos 60% abaixo da linha da pobreza, ou seja, menos de 42 gourdes (Moeda nacional do Haiti), aproximadamente um dólar por dia. De acordo com os dados relatados por ECVMAS, na figura 2, mostrando que a pobreza no Haiti aparece maior nas áreas rurais onde a incidência da pobreza extrema é respectivamente 37% no ambiente rural, e 8,8 % nas áreas urbanas. Esses dados ainda indicam que a pobreza apresenta uma queda nos índices tendo 12,5% no meio urbano e 35,6% no meio rural. Apesar disso, esses índices refletem as enormes disparidades sociais no Haiti (Rapport OMD, 2013).



Com essas maiores disparidades sociais que têm no território haitiano, o Estado precisa investir na criação de emprego para permitir que os desempregados têm acesso o mercado de trabalho. Isso facilita que a sociedade fica mais autônomo e mais estável no exercício da sua atividade. Assim, uma vez que essas pessoas têm o trabalho, ela vai ficar mais autônoma no poder de compra, mais ativa, dinâmica, mais participativa na circulação do recurso mais valioso na economia interna. A criação do emprego facilita mais pessoas acessadas na mercadoria de trabalho e no consumo interno, que tampouco permitirá uma redução da pobreza marginal e moderada, e também a pobreza estrutural criada pela sociedade moderna, determinada em função da sua remuneração no trabalho.

### **Estado e ajuda humanitária no Haiti em tempo de crise**

No decorrer dessa discussão feita sobre a pobreza, seja em seu aspecto positivo, ou seja, em que a segurança coletiva incorpora a questão da pobreza, seja em seu aspecto negativo, ou seja, tal ideia não tem em sua definição a questão da pobreza. Entretanto, a força da Sociedade Internacional se sobrepõe ao princípio da soberania e da não intervenção positivados na Carta da ONU (1945), inviabilizando qualquer motivo de ação tendendo à proteção dos direitos humanos. Para Sales e Souza (2010), as comunidades internacionais têm consciência e participam de maneira colaborativa em torno das dificuldades enfrentadas pelos países do terceiro-mundo, tentam a proporcionar uma assistência às pessoas mais afetadas enviando os alimentos, medicamentos ou auxílio médico na região mais vulnerável afetados por catástrofes naturais e pela guerra e, também, pelas pessoas que vivem na pobreza. Essa ajuda humanitária trazida em razão de que os países afetados estarem incapacitados que, muitas vezes, assegurar, mediante recursos próprios, a necessária assistência às populações vítimas de tais catástrofes. No entanto, os mesmos autores continuam a expressar que:

não se aplicam em caso de catástrofes não decorrentes de conflitos armados, ensejando, assim, questionamentos acerca da existência ou não, no Direito Internacional, de um dever legal dos Estados soberanos de oferecer e de aceitar assistência humanitária em caso de desastres naturais ou situações de urgência semelhantes bem como de uma previsão que autorize, em caso de uma eventual não aceitação, que a referida assistência seja prestada mesmo sem o consentimento do Estado afetado (p.3).

Nesta perspectiva, a ajuda humanitária ofertada pela comunidade internacional não chega a melhorar a necessidade da população que vive em condição mais precária mas, as



vezes essa ajuda afundando as pessoas no cenário da pobreza e, também, até prejudica a vida de milhões de pessoas pela consequência da epidemia. Este auxílio enfraquece a soberania e poder do Estado no estabelecimento da ordem na população, esta que será debatida com maiores detalhes mais adiante. Em suma, o pretexto que a comunidade internacional coloca no Haiti, é que este país está em guerra, é uma estratégia usada pelas grandes potências para mostrar ao mundo que elas estão presentes na resolução dos conflitos para promover a imagem da democracia e continuar a política de dominação global, pelas ONGs internacionais sem prestar atenção às consequências causadas pelos países do Terceiro Mundo e pela sociedade.

Assim, verifica-se no território haitiano, as ONGs, MINUSTAH, e a ONU tentam cumprir o papel do Estado na distribuição da ajuda humanitária e também as organizações internacionais que têm quase o controle do orçamento da ajuda humanitária sob o pretexto de dizer que o governo haitiano é corrupto, não poderia gerar essa dívida na perspectiva de fornecer essas ajudas pelas próprias organizações para enfraquecer o poder do seu Estado nacional, passando assim como um Estado subalterno em razão das ordens recebidas pelos outros Estados soberanos (EUA, França e Canadá).

Além das funções militares tradicionais, aqueles responsáveis por manter a paz no Haiti estão engajados em tarefas policiais e civis, com o objetivo de manter um acordo de paz de longo prazo. Essas missões passam a incluir atividades de caráter civil e humanitário como a implementação de reformas constitucionais, auxílio à retomada das atividades econômicas, reparação de infraestrutura, monitoramento do respeito aos direitos humanos, etc. Esse aumento de funções repercute na composição das missões, que passam a contar com atores civis como ONGs, especialistas, técnicos e a própria mídia. Um dos grandes reforços para que isso ocorresse foram as citadas nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Estas resoluções foram fundamentadas no capítulo VII da Carta, “que permite intervenção militar da organização nos casos de ameaça à paz e a segurança internacional. Assim, elas forneceram a percepção de que um costume internacional estava sendo instituído” (ISABEL, 2007, p.127).

A averiguação da legitimidade das interferências humanitárias se torna uma prática estabelecida na Sociedade Internacional.

Essa legitimidade por si só dificilmente implicará uma ação efetiva no presente ambiente construído. Exceções, é claro, existiram e podem existir. Mas, a internalização dessa ideia, por meio principalmente hoje da noção de responsabilidade atrelada à soberania responsabilidade não só do Estado, mas da Sociedade Internacional está claramente tendo um papel importante



no cenário político vigente. Mesmo existindo um lapso visível entre legitimidade e prática efetiva, está cada vez mais difícil na Sociedade Internacional negligenciar graves crises humanitárias (MIKELLI e MURILO, 2013, p.114).

As Organizações Não-Governamentais, Organizações Internacionais e Estados estrangeiros possuem um direito subjetivo de realizar assistência humanitária às vítimas de violações de conflitos internos, catástrofes humanitárias e naturais. Souza e Sales (2010) apontaram que a comunidade internacional, consciente e engajada em torno do problema, normalmente, busca prestar assistência às pessoas afetadas por doenças, em situação de emergências e desastres de grandes proporções, enviando alimentos, medicamentos ou auxílio médico. Os países afetados por catástrofes naturais ou conflitos internos, entretanto, a despeito de estarem incapacitados muitas vezes de assegurar, mediante recursos próprios, a necessária assistência à população vitimada, em certos casos, não requerem e nem mesmo aceitam a ajuda internacional ofertada.

Klein (2007, 16) denominou os termos teóricos da estratégia central do capitalismo contemporâneo como “doutrina de choque”. Ela reitera a ideia de Freidman de que:

somente uma crise real ou pressentida produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta é a função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável.

Nesta perspectiva, esse fundamento ou doutrina, solicita que a ajuda humanitária conte com a colaboração de todos os lados envolvidos no evento, a saber, as vítimas, o Estado prejudicado, os Estados estrangeiros e as Organizações Internacionais ou Não Governamentais. O princípio da neutralidade, por sua vez, estabelece a ausência de toda diferença por motivo de religião, nacionalidade, raça, opinião política, ou qualquer outro critério semelhante, dando preferência às vítimas que tenham necessidades urgentes. No entanto, o princípio da neutralidade exige o não envolvimento dos agentes da ação humanitária nas agressivas de caráter político, religioso ou ideológico que tenham ocasionado a situação de urgência e a abstenção de qualquer intervenção direta ou indireta nas operações militares em curso no país afetado.

As percepções de ONGs no neoliberalismo ligam-se principalmente ao argumento de que a securitização do desenvolvimento corresponde a uma biopolítica global. Essa biopolítica enquanto tecnologia de controle político sobre a vida humana, como forma de protegê-la e melhorar tal como o desenvolvimento, pode ser vista como uma condição



necessária do liberalismo. Porém, a perspectiva da biopolítica de proteção e melhoria da vida, se funde numa ligação entre assistência humanitária e desenvolvimento em que a assistência é submetida ao objetivo primordial de desenvolvimento e por isso, a ajuda humanitária, em situações de emergência, prepara o terreno para os soldados do desenvolvimento.

A ajuda humanitária orientada aos atingidos por “catástrofes” é submetida ao conceito de desenvolvimento econômico capitalista, que por sua vez se dá sob a égide da doutrina do choque, ou seja, sob condições de crise extrema no território haitiano. Nesse sentido, no contexto do neoliberalismo, o conceito de pobreza passa a ser estrutural, e não é mais apenas local, tampouco somente nacional: ele se globaliza e é encontrado em toda parte do mundo, revelando uma pobreza de novo tipo, resultante de um sistema de ação deliberado.

é importante repolitizar a ação humanitária, de modo a desvinculá-la da *governança liberal* global e vinculá-la a ações contra-hegemônicas emergentes. A maior parte desta literatura contemporânea sobre ONGs apresenta, contudo, o ‘dilema’ como um conflito entre a missão humanitária alegadamente imparcial das ONGs e os interesses econômicos e políticos que se exercem sobre as mesmas, e a que estas não têm alternativa senão ceder. Trata-se, de fato, de uma visão simplista e dicotômica, fundada na divisão entre humanitário e político, e que apresenta as ONGs como vítimas e instrumentos da globalização hegemônica do capitalismo neoliberal (KLEIN, 2007, p.2).

O espaço de trabalho dos atores humanitários se metamorfoseou desde as últimas décadas, passando a atuar como sociedade não lucrativa na perspectiva de ajudar as pessoas nas situações mais vulneráveis tanto no território haitiano quanto nos países subdesenvolvidos, especificamente, em áreas de conflitos. Esse tipo de ajuda é feito priorizando qualquer pessoa que está em situação difícil. Para Audet (2011), o regime da ajuda humanitária se institucionaliza através de uma variedade de organizações internacionais especializadas, das organizações transnacionais e também, as não-governamentais. Ao reiterar o pensamento de Smith (2008), Audet (2011) ressalta que área humanitária é determinada por uma zona física, e pode ser uma zona simbólica determinada num meio ambiente funcional ligada a uma intervenção pela qual as organizações humanitárias buscam manter uma ação integrada e imparcial e não politizada.

Nessa perspectiva, Duffield (2007) enfatiza que a institucionalização do humanitário é um instrumento ao serviço do Ocidente para propagar a democracia liberal e a civilização moderna nos países pobres, ou seja, nos países do Terceiro-mundo. Porém, a ajuda



humanitária usada como a forma de solidariedade social oferecida para populações empobrecidas é, na verdade, uma falsificação ideológica, superada por questões políticas e estratégicas que há por trás de uma intervenção militar, que tem como objetivo mostrar a visibilidade dos países doadores e também o fortalecimento da política dos países capitalistas para minar a soberania local, além de dominar e proteger os seus próprios interesses nos países pobres.

Tais ações não melhoram a situação desses cidadãos, pois eles sempre pagam o preço por essas intervenções maliciosas e falsificadas na lógica de combate à fome, a pandemia e também a epidemia de cólera que contaminam todo o território nacional haitiano, colocando grande parte da população em situação de risco e, conseqüentemente, produzindo mais miséria no país. Em relação a essa ideia, Audet (2011), opina sobre as tendências da politização e a militarização da assistência que contribuem ao questionamento sobre a importância dessas transformações para a ajuda humanitária. Em virtude disso, os atores humanitários buscam definir a margem de manobra na qual se pode operar em situação de conflito e ao proteger assim o seu plano de ação da influência dos atores militares e dos Estados representados.

Haiti, como foi considerado país mais empobrecido da América, os Estados Unidos e a França, juntamente com outras potências mundiais estabelecem uma dominação neocolonialista sobre o país, limitando a sua soberania por meios ilícitos. De maneira consciente ou não, as organizações internacionais não governamentais ou intergovernamentais confirmam, por seus atos, uma nova forma de poder sobre o Haiti, por meio da ajuda humanitária. Por repressão econômica, as instituições internacionais impõem um grande poder político do exterior e se comportam assim como neocolonizadores. No contexto da solidariedade internacional, as organizações não governamentais produzem, majoritariamente, os instrumentos de reprodução colonial (THIZY, 2003).

Nesse contexto, a volatilidade da ajuda internacional ao governo haitiano está minando o setor público que já está fragilizado. Portanto, o governo do Haiti tem poucos recursos e também pouca receita para financiar a reconstrução da infraestrutura do país. Em 2008, a ajuda internacional para o Haiti foi de US\$ 92.30 per capita. Dentro desse conjunto de ajuda bilateral, só um por cento do orçamento foi para apoiar o governo haitiano. Para o autor, o apoio orçamental também foi muito volátil, mesmo durante os anos em que a ajuda estrangeira ao Haiti tem sido relativamente estável. Para o ano de 2010, a ajuda para o país passou de US\$ 93.600.000 a US\$ 225.00.000. Em junho de 2011, foi



apenas US\$ 48,8 milhões em 2011. Esta imprevisibilidade complica ainda mais a capacidade do governo haitiano para implementar planos de recuperação e progresso econômico de longo prazo (Ramachandran, 2012).

Walz e Ramachandran (2012) reiteram a ideia de Adelman (2009). Logo depois da catástrofe natural, o Haiti recebeu uma avalanche de apoio e ajuda financeira para apoiar as pessoas vítimas do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Essas doações vieram dos setores privados, totalizaram cerca de 3,1 bilhões de dólares. Os EUA, em particular, ofereceram 774 milhões de dólares nas primeiras cinco semanas. Porém, a cruz vermelha que foi considerada como um dos pioneiros dessa estratégia de coleta, levantou uma soma de 32 milhões de dólares em doações individuais de 10 dólares através da tecnologia de SMS (ADELMAN, 2009, p.4-9; WALZ E RAMACHANDRAN, 2012). Desse modo, Ramanauskas, em entrevista concedida ao jornal "InvestiG'Action", no ano de 2012, relata:

quase nada do dinheiro foi devolvido ao governo do Haiti, simplesmente uma imagem distorcida pela mídia pra mostrar ao mundo que os países ajudaram o Haiti na tragédia de 12 de janeiro de 2010. É só uma demonstração de força que está em jogo sobre o território haitiano. A comunidade internacional preferiu ignorar o povo Haitiano, as organizações não-governamentais haitianas e o governo do Haiti. Os recursos foram direcionados para outros governos, ONGs, e empresas privadas.

Walz e Ramachandran (2012) reiteram o pensamento de Farmer (2011) que dizem que as ONGs e os operários privados estão entre os principais beneficiários intermediários dessa ajuda humanitária e reconstrução do Haiti. Para os autores, pouco dinheiro reverteu diretamente para o governo do Haiti. Portanto, o financiamento da ajuda oferecido ao país está separado em duas classes: assistência humanitária imediata, assistência em caso de emergência, ajuda de longo prazo para a reconstrução, financiamento de reconstrução e desenvolvimento. Sendo assim, ONGs, as agências humanitárias, empresas privadas e outros agentes prestadores de serviços não-estatais arrecadaram 99 por cento da ajuda humanitária enquanto que menos 1% foi para o governo haitiano.

No contexto da ajuda humanitária concedida para apoiar o governo Haiti depois da tragédia de 12 de janeiro de 2010, Ramanauskas (2012) argumenta que o receptor individual mais importante das ajudas americanas foi o governo dos EUA mesmo. Para o autor, depois do terremoto, os EUA alocaram 379 milhões em ajuda, e também enviou 5.000 soldados. Ramanauskas (2012) reitera a notícia que foi concedida pela Agência *US Associated Press* (AP), que descobriu que dos 379 milhões inicialmente prometidos para o Haiti, grande parte não foi direcionada, direta ou indiretamente, para o país. A AP relata que



em janeiro de 2010, para cada dólar americano oferecido, 33 centavos foram devolvidos diretamente para os Estados Unidos para pagar o envio de forças armadas, 42 centavos foram para as organizações privadas e não-governamentais, como 'Save Children', o Programa Global das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e da associação de Organização Pan-Americana de Saúde. O autor continua a dizer que quase nada foi diretamente para os haitianos ou o seu governo.

Na abrangência de 1.28 bilhões de dólares em ajuda atribuída para os Estados Unidos, foram gastos exatamente, como aponta o Escritório de Pesquisa do Congresso dos EUA em agosto de 2010: 655 milhões reembolsados para o Departamento de defesa; 220 milhões para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos para fornecer a cada estado dos EUA para cobrir serviços para refugiados haitianos; 350 milhões para assistência a desastres da USAID; 150 milhões para o Departamento de Agricultura para ajuda alimentar de emergência e 15 milhões no Departamento de Segurança Interna para as taxas de imigração.

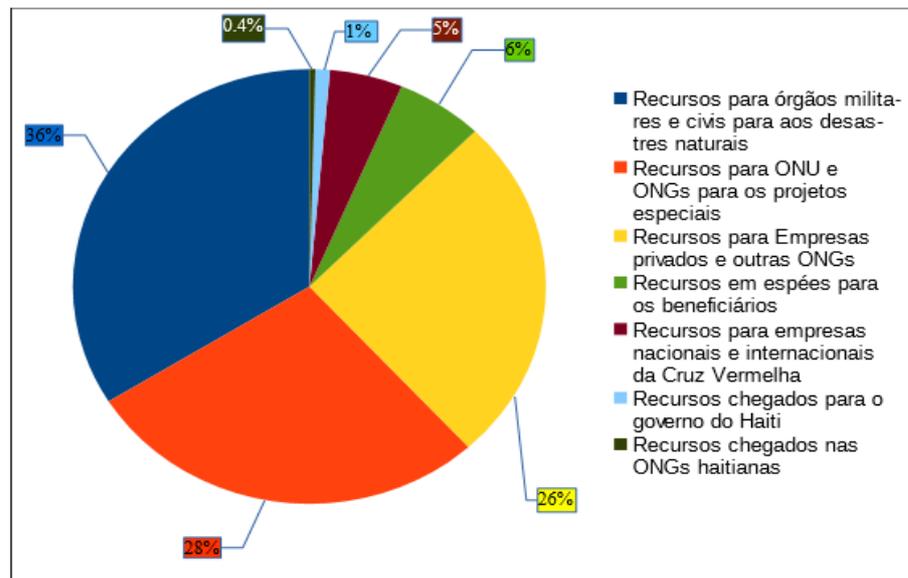
Na análise feita para Carrière (2012), as ONGs são consideradas como vetor da dominação, e também são agentes de formatação da sociedade mundial. Com os seus custos operacionais eles querem alcançar um nível de prestígio considerável para complementar as deficiências de suas campanhas de angariação de financiamento anual. Além disso, as ONGs prestam serviços aos países dispensadores de ajuda ao desenvolvimento. Grande parte delas fazem negócio ao alugar os seus serviços aos países doadores e também tornam-se agentes executores de projetos inócuos que são projetos para formatar as sociedades em que esses projetos são implementados.

Nessa perspectiva, Ramanauskas (2012) explica ao jornal "InvestiG'Action" que do envio especial das Nações Unidas de 2,4 bilhões de dólares do fundo humanitário, 36% retornou aos órgãos militares e civis para justificar os gastos com as campanhas humanitárias feitas pelos países doadores dos desastres ocorridos no Haiti; 28% foi dado aos organismos das ONU e ONGs para projetos especiais das Nações Unidas; 26% foram para empresas privadas e outras ONGs; 6% foram fornecidas como benefícios em espécie para beneficiários; 5% para as empresas nacionais e internacionais da Cruz Vermelha; 1% para o governo do Haiti e apenas 0,4% dos recursos foram para ONGs haitianas.

Nessa perspectiva, no colóquio internacional sobre a função das ONGs no Haiti em 2012, Nancy Roc disse que o governo haitiano é sempre acusado como o principal corrupto, mas lembra que eles se esquecem de falar do colonialismo humanitário das potências

estrangeiras no Haiti. No entanto, essa assistência humanitária é sempre formatada pelos países doadores e pelos outros tipos de doadores, para fins puramente de demonstração de ajuda humanitária com o intuito de se auto promoverem, da mesma forma como foi descrito por Ramanauskas (2012). Para Carrière (2012, p.6), “as ONGs haitianas são muito corajosas, portanto, as que não recebem o orçamento das outras, mas que sabem avaliar melhor as situações da população haitiana e também as necessidades a longo termo desse próprio povo”. O gráfico 1 mostra a repartição de 2,4 bilhões de dólares dos fundos humanitários doados ao Haiti depois do terremoto de 2010 e os órgãos recebedores desse dinheiro em porcentagem (%).

**Gráfico 2.** Haiti – Repartição de mais ou menos de 2,4 bilhões de dólares de fundos humanitários em % depois o terremoto de 2010



Fonte: Gráfico criado pelo autor através dos dados adaptados pela “Investig’Action” concedido em entrevista de Ramanauskas em 2012.

Nesse contexto, os Estados que são geralmente fragilizados, não têm recursos, seja humano ou financeiro para executar as suas funções. Sendo assim, a ajuda internacional contorna sistematicamente o Estado, e também as funções passaram a ser executadas pelas ONGs dos países doadores da assistência. Essa abordagem cria um Estado de fracasso. Nesses casos, não existe um governo propriamente dito, assim, a instância política desaparece, os líderes (executivos e legislativos) se envolvem na ajuda internacional e, negligenciando seu papel na tomada de decisões, se transformam gradualmente em agentes de implementação desses projetos. É por isso que se denominou



o Haiti como um Estado fracassado, disse Daniel Holly, no colóquio internacional sobre a função da ONG no Haiti (CARRIÈRE, 2012).

Seixas (2008) relata que se o Estado aparece em uma pretensa governança liberal, como não possui existência, ele o construiu exclusivamente na qualidade de Estado soberano, cumpre-lhe, já, o papel de regulador, poderia dizer, da entidade responsável por produzir espaço para reguladores não estatais legítimos. Nesta perspectiva, o autor sublinha a ideia do Best (2007) para dizer que o trabalho e o capital são os dois atores escolhidos pelo Estado para assentarem às mesas de negociações, sendo dominadas pelo próprio Estado. Em virtude desta ideia de que o Estado possuiu justamente, na governança liberal global, um ator e uma referência importante, comparativamente às políticas de crescimento, juntando-se com as ideias de responsabilidade do Estado pelas suas próprias evoluções e as percepções de Estados fracassados e frágeis.

A fraqueza ou força de um Estado deve ser avaliada não exclusivamente com base na sua capacidade de lidar com desafios que ameacem sua segurança, mas também a sua capacidade de evitar ameaças à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos seus cidadãos. Ainda que, se um Estado falido é tradicionalmente considerado como um que ameaça a segurança regional, de um ponto de vista da segurança humana, ele não consegue cumprir com a sua parte da negociação Estado-sociedade dentro das suas fronteiras (TADJBAKSH, 2005).

No caso do Haiti, é possível lembrar a ideia de Seixas (2008, p.6) que ressalta que hoje em dia:

As ONGs apoiam o desenvolvimento de longo termo é assim afinal, buscando uma legitimação duma intervenção humanitária prolongada e nunca acabada, que visa a transformar os Estados frágeis ou Estados falhados em Estados de governança, sob o controle das organizações internacionais, ONGs e Estados doadores. O *peace-building* transforma-se deste modo, num instrumento do imperialismo liberal, no qual as ONGs internacionais têm um papel muito importante a prestar o serviço aos países afetados no controle da assistência humanitária.

Às vezes, os Estados e organizações intergovernamentais recorrem às ONGs para implementação dos projetos que eles financiam. Eles tendem a exercer certo controle sobre as ONGs, particularmente nas intervenções humanitárias. Como doadores, eles determinam em grande parte “escolher as áreas de intervenções das ONGs”. No entanto, eles impõem “limitações organizacionais e técnicas específicas”, exigindo também o cumprimento do orçamento ao pessoal e equipamento, e um controle sobre os alvos. Geralmente, os



Estados procuram controlar as ONGs que pretendem ser coordenadores da sua ação no terreno. Em relação à intervenção das ONGs nos países em desenvolvimento, a sua existência está intimamente ligada à fraqueza dos Estados que são incapazes de garantir os direitos fundamentais dos seus povos (direito à educação, à saúde, à habitação e a alimentação) (PÉLISSIER, 2013).

Por isso, “os problemas de corrupção são frequentemente citados para justificar o financiamento das ONGs, que recebem uma quantidade significativa de dinheiro que foi gasto em programas de ajuda e do desenvolvimento internacional” (PECH, 2004, p.20; PÉLISSIER, 2013, p.8). Nesse contexto, a parceria entre as ONGs, organizações internacionais e os Estados, baseiam-se no fato de que as ONGs são frequentemente mais eficazes para atingir os grupos mais pobres, especialmente em áreas rurais onde a presença do Estado é fraca e geralmente quase inexistente.

Segundo Tadjbakhsh (2005) e Besen (2013), quando o Estado não está disposto ou capaz de suportar a “responsabilidade” de sua própria soberania, outros atores, com organizações internacionais têm uma grande potencial de interferência nas demandas do país. A discussão sobre quem deve fornecer segurança humana no caso de Estados falidos está atrelada aos debates sobre intervenção internacional. As novas formas de engajamento para segurança humana coletiva não envolvem somente intervenção militar como reação à crise, mas também a responsabilidade para a prevenção de crises e a reconstrução da sociedade.

A questão do interesse das ONGs do Norte em agir sobre os países do Sul surge de maneira mais significativa quanto ao âmbito da sua ação parecer limitada. Portanto, o número de ONGs aumenta cada vez mais no Haiti como nos países em desenvolvimento, sem que os investimentos financeiros e humanos não modifiquem radicalmente a situação da pobreza do país (THIZY, 2003). A mesma autora continua a dizer que os países do Norte privilegiam cada vez mais as ONGs como receptores meritórios dos recursos para o desenvolvimento destes, sendo estas mais aptas a alcançar as pessoas mais pobres, porque as ONGs são mais flexíveis e mais eficazes ao nível dos custos que os organismos de desenvolvimento tradicionais.

Portanto, o artigo mostra que esse mecanismo do desenvolvimento é totalmente ineficaz porque essas organizações não conhecem e não sabem a necessidade e a realidade dos povos onde as mesmas estão inseridas. No entanto, a primeira razão é que as ONGs agem como curadoras obre os programas econômicos produtores das desigualdades



e de pobreza em que elas têm pouco espaço. Nessa perspectiva, as ONGs não são os motores do desenvolvimento, se pensarmos que por elas passam a conscientização e o poder devido aos mais vulneráveis. De fato, as concepções recentes do desenvolvimento exaltam uma ação liberadora do povo oprimido por si mesmo a sair da espiral da assistência.

Na análise feita por Remy (2013), a soberania do Haiti é interceptada, confiada ou deixada para o exercício de forças externas operando sob máscaras ou demonstração de viseiras a todos, por meio de vários jogos, insultos, manipulação, privação de sofismas jurídicos, de confusão de operações, divisão social, ameaças e várias feridas físicas e morais. A importância dessa iniciativa para reduzir o povo nacional em termos mais simples, ou pior, submeter-se as concessões renúncias e sacrifícios, incluindo o sacrifício de renúncia aos seus direitos imprescritíveis e inalienáveis, e também, o Território Nacional.

### **Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi refletir sobre a reprodução da pobreza a partir da ação de organismos internacionais de ajuda humanitária, tendo especial atenção com o Haiti. O Estado deveria ter controle sob o seu território, não cabendo essa responsabilidade à comunidade internacional. Porém, devido a falta da iniciativa do Estado haitiano em resolver os problemas internos, a ONU coloca a pobreza e turbulências sociopolíticas como os principais critérios para justificar a sua intervenção militar dentro do território haitiano.

O Estado tem um papel preponderante no auxílio aos indivíduos mais vulneráveis na sociedade. Logo, por mais que “a segurança humana esteja centrada nos indivíduos, não pode ser separada dos quadros institucionais, em especial dos Estados, pelos quais os direitos humanos são, ou ao menos deveriam, são implementados” (SORJ, 2005, p. 42; BESEN, 2013, p.56). Neste contexto, qualquer ajuda no âmbito que a comunidade internacional julga necessária a comunidades, deveria passar pelo Estado, que tem poder para distribuí-la para que atinjam as populações mais empobrecidas. Uma vez que o Estado recebe essa ajuda internacional, seria importante que ele justificasse através de prestação de conta como seria feita essa distribuição.

Na perspectiva de ajuda humanitária, o direito do Estado do povo haitiano é violado pela comunidade internacional, que, aparentemente, não tem um plano para melhorar as condições de vida da população. Neste sentido, as ajudas recebidas pelo Haiti através das organizações internacionais não mudaram as condições de vida dos indivíduos



mais miseráveis na população, que já foram desqualificados socialmente e estão fora do mercado de trabalho, ao contrário ela acentuou as condições de pobreza da população, não só no Haiti, mas também nos países em desenvolvimento.

## Referências bibliográficas

AUDET, François. L'acteur humanitaire en crise existentielle: Les défis du nouvel espace humanitaire. **Érudit; Études internationales**, vol. 42, n° 4, p. 447-472, 2011.

AZAMBUJA, M. C. As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva. **Estudos avançados**, n.9, vol. 25, 1995.

BESSEN, D. C. O Haiti nos tempos de cólera: A segurança humana e o papel das organizações não governamentais nas tragédias haitianas. **Acessória das Relações Internacionais**, PUC, Rio Janeiro, 2013.

BOIDIN, B. Économie politique de la santé comme bien public mondial. Revue de la régulation, Capitalisme, institutions, pouvoirs. **Maison des Sciences de l'Homme**. Paris Nord. 2015.

CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Revista de saúde coletiva**. Physis vol.19. n.2, Rio Janeiro, 2009.

CEPALC (Centro popular para América Latina e Caraíbes). **La pauvreté em Haiti: Situation, Causes et Politiques de Sortie**. LC/MEX/R.879, 2005.

DUFFIELD, M. **Development, security and undending war: governing the world of peoples**. Polity Press, Cambridge, 2007b.

XAVIER, A. I. ONU: Organizações das Nações Unidas. **Humana Global, Publicações Humanas**, 2007.

KLEIN, N. A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Naomi Klein; tradução Vania Cury. **Nova Fronteira**, Rio de Janeiro: 2008.

LUQUINI, R. A. A aplicação do Direito Internacional Humanitário nos "conflitos novos": conflitos desestruturados e conflitos "de identidade" ou étnicos. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 40, n. 158, abr./jun., p. 127-142, 2003.

MIKELLI M. L. A. R MURILO M. S. Intervenções Humanitárias na Pós-Guerra Fria: entre a Legitimidade Normativa e a Prática efetiva. **ORBIS: Revista Científica** Volume 3, n. 3, 2013.

PAUGAM, S. (1999). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 67-86). **Petrópolis**, RJ: Vozes.

PAUGAM, S. Les formes élémentaires de la pauvreté. **Presses Universitaire**, France, Paris, 2005.

RAMOS, Adriana. **Intervenção humanitária**. In: **Revista Eletrônica de Direito Dr. Marcus Viana**, n.1, nov., 2004.

2021

X Seminário Internacional/sobre  
**Desenvolvimento regional**

Atores, Ativos  
e Instituições:  
O Desenvolvimento  
Regional em perspectiva



Dias 15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul

Ratzel, F. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Depto de Geografia**. São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, 1982, pp. 93-101.

RODRIGUES, E. B. **Território e soberania na globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. Ed. Record, Rio de Janeiro. 2003.

SEN, A. **Un nouveau modèle économique**: développement, justice, liberté. Ed. Odile Jack, Paris, 2003.

SEIXAS, E. C. C. Governança global e ajuda ao desenvolvimento: 'dilemas' das ONGs nas periferias do sistema internacional. In: *Novos mapas para as ciências sociais e humanas. e-cadernos ces*, 2008.

SORJ, B. Segurança, segurança humana e América Latina. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 2, p. 40-59, 2005.

SOUZA, C. R. SALES, R. G. **A assistência humanitária internacional em caso de desastres naturais: O exemplo da atuação brasileira no Haiti após o terremoto**, 2010.

TADJBAKSH, S. Human security: Concepts and implications with an application to postintervention challenges in Afghanistan. **Les Études du CERI**, vol.1, p. 1-77, 2005.